

- Bursztyn, M (2004). Meio Ambiente e Interdisciplinaridade: Desafios ao Meio Acadêmico. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 10. Curitiba: UFPR.
- Buttel, F (1987). New directions in environmental sociology. *Annual review Sociology*, 13, (465-488).
- Catton, W. R. Jr. & Dunlap, R. E. (1978a). Environmental Sociology: a new paradigm. *The American Sociologist*, 13, 41 – 49.
- Catton, W. R. Jr. & Dunlap, R. E. (1978b). Paradigms, Theories and the Primacy of the HEP-NEO distinction. *The American Sociologist* 13, 256 – 259.
- Catton, W. R. Jr. & Dunlap, R. E. (1980). A New Ecological Paradigm for Post-exuberant Sociology. *American Behavioral Scientist*, 24, 15 – 47.
- Dunlap, R. E. & Catton Jr, W. R. (1994). Struggling with human exemptionalism: the rise, decline and revitalization of environmental sociology. *The American Sociologist- Spring*, 5 – 30.
- Ferreira, L. C. (2005). A centralidade da interdisciplinaridade nos estudos sobre ambiente e sociedade. *Política & Sociedade. Revista de Sociologia Política*, 4 (7). Florianópolis: Cidade Futura.
- Ferreira, L C (2006). *Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil*. São Paulo: Annablumme.
- Ferreira, L.; Barbosa, S. R. C. S & Höeffel, J. L. (2006). Environmental issues, interdisciplinarity, social theory and intellectual production in Latin America (preliminary analysis). Proceedings - *The International Sociological Association/ ISA World Congress - Durban*. Bethesda: CSA Sociological Abstracts, 1.
- Ferreira, L.; Barbosa, S. R. C. S & Höeffel, J. L. (2005). A Questão Ambiental, Interdisciplinaridade, Teoria Social e Produção Intelectual na América Latina. *Projeto Temático FAPESP* (processo n. 05/52317-1).
- Floriani, D. (2004). *Conhecimento, Meio Ambiente & Globalização*. Curitiba: Juruá.
- Gorz, A. (1980). *Ecology as politics*. Black Rose Books. Montreal.
- Guattari, F. (1990). *As Três Ecologias*. Campinas: Papyrus.
- Hannigan, J. (2006). *Environmental Sociology. Second edition*. New York: Routledge.
- Herculano, S (2000). Sociologia Ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetos. *Revista Mundo e Vida: alternativas em estudos ambientais*, I (1). Niterói, Rio de Janeiro: UFF/PGCA-Riocor, 45 – 55.
- Inglehart, R. (1997). *Modernization and Postmodernization*. New Jersey: Princeton University Press.
- Leff, E. (2000). Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: Philippi, A & Hogan, D. (org.). (2000). *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. Brasília: PADCT/ MCT.PNUMA e Signus.
- Mol, A. E.; Spaargaren, G & Buttel, F. (2000). *Environment and Global Modernity*. Sage Publications. London: Thousands Oaks.
- Morin, E. (2001). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Novo, M. (2002) Higher environmental education in the XXI Century: towards a new interpretative paradigm. In: LEAL, W F°. *Teaching sustainability at universities*. Bern: Peter Lang, (pp. 429-458).
- O'Connor, J. (1994). Is sustainable capitalism possible? In: O'Connor, M. (ed.) (1994). *Is Capitalism sustainable?*. New York: Guilford, (pp 152 – 175).
- Philippi, A & Hogan, D. (org.). (2000). *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. Brasília: PADCT/ MCT. PNUMA e Signus.
- Schnaiberg, A. & Gould, K. A. (2000). *Environment and society*. New York: Blackburn.
- Yearley, S.(1996). *Sociology, Environmentalism and Globalization*. Sage. London.

## **A pesquisa participativa enquanto método de estudo e intervenção não-invasiva na agricultura familiar**

Julio Roberto Costa  
 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa  
[julio@cnps.embrapa.br](mailto:julio@cnps.embrapa.br)

José Ronaldo Macedo  
 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa  
[jrmacedo@cnps.embrapa.br](mailto:jrmacedo@cnps.embrapa.br)

Elizabeth Santos Brandão  
 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa  
[bethbrandao@cnps.embrapa.br](mailto:bethbrandao@cnps.embrapa.br)

Fabio Zamberlan  
 Universidade Federal do Rio de Janeiro  
[fabio@pep.ufrj.br](mailto:fabio@pep.ufrj.br)

**Resumo:** Em um estudo envolvendo comunidades rurais de agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, denominado Gestão Participativa da Microbacia do Rio São Domingos (GEPAR – MBH), realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, utilizou-se a metodologia de Pesquisa Participativa no trabalho com cinco vilas do Município de São José de Ubá. Almejava-se o desenvolvimento social e ambiental de forma não-invasiva, respeitando-se as tradições locais. Os bons resultados comprovaram a eficácia da metodologia, e o contato entre os pesquisadores e agricultores possibilitou um aprofundamento teórico-metodológico respaldado por intenso trabalho de campo. Nesse processo, observou-se a pertinência da sociologia compreensiva de Max Weber, da sociologia do conhecimento de Peter Berger e Thomas Luckmann, dos conceitos de comunidade e sociedade de Ferdinand Tönnies, além de outros autores da sociologia. Somaram-se a esses fundamentos as idéias do educador brasileiro Paulo Freire, principalmente seu conceito de “ser mais”, que sumariza a busca do sujeito por uma melhor inserção social e qualidade de vida de forma conjunta com a busca de justiça social pela comunidade. No decorrer do trabalho nas vilas, buscou-se reforçar a sociabilidade cooperativa entre os diversos atores, criando-se estruturas organizacionais que propiciassem o associativismo e o empoderamento das comunidades, como o “Grupo Gestor”, formado por agricultores. Sem negar os conflitos existentes em quaisquer grupos sociais, a pesquisa participativa demonstrou ser uma ferramenta de gestão das divergências em prol da busca do bem comum e do desenvolvimento comunitário.

## **1. Introdução**

Frequentemente, quando se trata de agricultura familiar, a ajuda aos agricultores é apenas entendida como ajuda para a produção ou ajuda para a comercialização. Esquece-se que o agricultor, na plenitude de sua condição de ser humano, possui também outras necessidades onde também precisa ser ouvido.

Durante e após a chamada Revolução Verde, a pesquisa e a extensão rural ofertavam pacotes tecnológicos que tinham de ser aceitos sem questionamento, de forma que podemos denominar de “invasiva”, pois traduziam a visão científico-tecnocrática aceita pelos detentores de uma razão que não era neutra, mas instrumentalizada pelos detentores do status quo político. Isso foi verdadeiro especialmente na América Latina, onde nas décadas de 60 e 70 se instalaram diversos regimes de natureza autoritária.

No contexto atual, valoriza-se a pesquisa participativa e o empoderamento das comunidades, que têm a importância de um resgate de valores relativos à pessoa do agricultor em sua vida comunitária, dentro da qual ele produz riquezas. Valoriza-se o exercício da sociabilidade cooperativa e os valores de seu pertencimento à comunidade, elementos que fornecem respaldo à percepção de seu valor intrínseco dentro do sempre renovado convívio social.

Em relação à ênfase na sociabilidade cooperativa, deve-se compreender que não se está fugindo da questão do dissenso, dos conflitos sociais ou das contradições de classe. Abordar a sociabilidade cooperativa significa colocar o foco no consenso possível, onde a paz pode ser entendida como a gestão não-violenta do conflito (Signates, 2008, p. 4), e onde se procura superar toda a coerção no convívio social em busca de uma ação comunicativa, em um cenário onde os atores possam aceitar a força do melhor argumento como a única relação de força legítima (Pinent, 2004, p. 4 e 5). Igualmente não se procura ocultar o dissenso, mas compreendê-lo dentro de um contexto amplo, admitindo-se que uma situação de consenso surge a partir de um dissenso anterior, ao mesmo tempo em que o consenso atingido será problematizado em uma etapa posterior, tornando-se dissenso.

Neste estudo sobre os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa participativa estarão presentes contribuições significativas do educador brasileiro Paulo Freire, e o termo por ele usado em diversos de seus livros, o “ser mais”. A sua compreensão profundamente humanista das necessidades do trabalhador será a base para a agregação de conceitos sociológicos que ajudam a fundamentar e ampliar a percepção sobre o que podemos chamar de “intervenção não-invasiva”, e o modo por meio do qual a pesquisa participativa apresenta maior efetividade principalmente no trabalho com os produtores de base familiar.

## **2. Compreendendo-se o agricultor no processo participativo**

Um processo de pesquisa aplicada, envolvendo a construção participativa do conhecimento junto com os agricultores, possui em sua base o desenvolvimento experimental da inovação tecnológica junto às unidades produtivas. No âmbito da pesquisa participativa, é enfatizada a construção participativa do conhecimento dentro do mundo de vivência (lebenswelt) do agricultor. Aqui pode-se dizer que o conceito fenomenológico de mundo de vivência, também traduzido por mundo da vida, torna-se importante por ser uma categoria relacionada à vida cotidiana do agricultor, que permite a compreensão de que essa vida cotidiana possui uma racionalidade interna em seus próprios termos, que não pode ser desqualificada ou sofrer uma ação invasiva, pois isso seria um fator de destruição dos elementos culturais do agricultor. A construção coletiva do conhecimento, imprescindível na pesquisa participativa, almeja somar valores ao agricultor e sua coletividade, e não desqualificá-los ou destruí-los.

Está subjacente a esta visão o fato de que a pessoa do agricultor deve ser tomada em consideração para além do papel de um maximizador de utilidade que adota a inovação tecnológica. Em sua condição integral de pessoa, ele está para além de ser apenas um instrumento do processo de inovação. O agricultor deve ser considerado o beneficiário da inovação, notando-se que o processo “pesquisa básica – pesquisa aplicada – desenvolvimento experimental – inovação” apenas deve ser considerado completo quando impacta os seus beneficiários, e portanto a inovação tecnológica – com foco nos atores sociais – deve ser considerada como uma apropriação social do conhecimento (Ávila et al, 2006, p. 62).

Coloca-se então a ênfase da pesquisa na pessoa do agricultor, e como ele interiorizará esse conhecimento para seu mundo de vivência quotidiana. Faz-se necessário que se enfatize a importância do mundo de vivência, dos grupos primários e das relações face a face que aí se processam.

### **3. Contextualizando a interação social nos pequenos grupos**

Na linha de se manter o foco na pessoa do agricultor, precisa-se entender e valorizar as interações quotidianas dos processos sociais onde ele está envolvido. O referencial teórico pertinente pode ser encontrado em diversos autores, onde pode-se citar os conceitos de grupos primários e secundários, as relações face a face colocadas pela sociologia do conhecimento de Peter Berger e Thomas Luckmann, o conceito de mundo de vivência, entre outras contribuições que serão explanadas adiante. Pode-se por meio dos conceitos que problematizam essas interações entender a fundamentação da compreensibilidade mútua, que reveste os acontecimentos sociais da vida quotidiana de uma importância básica.

Tais acontecimentos da vida quotidiana, considerados banais em uma visão acrítica, assumem um aspecto fundador para a interação social. Portanto, para se valorizar o que acontece na vida quotidiana, esta precisa ser problematizada:

“A realidade da vida quotidiana é admitida como sendo a realidade. Não requer maior verificação, que se estenda além de sua simples presença. Está simplesmente aí, como facticidade evidente por si mesma e compulsória. Sei que é real. Embora seja capaz de empenhar-me em dúvida a respeito da realidade dela, sou obrigado a suspender essa dúvida ao existir rotineiramente na vida quotidiana. Esta suspensão da dúvida é tão firme que para abandoná-la, como poderia desejar fazer, por exemplo, na contemplação teórica ou religiosa, tenho de realizar uma extrema transição.” (Berger e Luckmann, 1985, p. 41).

Pode-se considerar a relação face a face como típica dos grupos primários, em seu caráter de comunicação direta e não mediatizada entre indivíduos:

“Na situação face a face o outro é apreendido por mim num vívido presente partilhado por nós dois. Sei que no mesmo vívido presente sou apreendido por ele. Meu “aqui e agora” e o dele colidem continuamente um com o outro enquanto dura a situação face a face. Como resultado, há um intercâmbio contínuo entre a minha expressividade e a dele.” (Berger & Luckmann, 1985, p. 47).

O mundo de vivência, ou mundo da vida, compreende aquele mundo que é imediatamente familiar à pessoa, anterior a qualquer sistematização intelectual, onde o agricultor, enquanto pessoa, atua em relações cujo sentido lhe é bem conhecido; em outros termos, é “aquilo que se aceita, que se toma como dado, como pressuposto, constituindo nossa experiência quotidiana. Trata-se do real em seu sentido pré-teórico, pré-reflexivo.” (Japiassú & Marcondes, 2001, p. 190).

A abordagem participativa deve considerar essas construções sociais como legítimas e necessárias dentro da vivência do agricultor. O processo de pesquisa, como interação social consciente, deve somar valores à essa vida quotidiana, sem desqualificá-la ou desqualificar o saber tradicional do agricultor que está inserido nesse contexto.

### **4. Contextualizando o conceito de comunidade**

O conceito de comunidade não apresenta um consenso dentro das ciências humanas. Normalmente os textos sobre o assunto seguem a dualidade proposta por Ferdinand Tönnies, entre a comunidade e a sociedade (respectivamente *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*). O cerne dessa divisão é que a comunidade implica relações espontâneas e de sociabilidade cooperativa, enquanto a sociedade implica relações artificiais, calculistas e de competição entre os indivíduos. O próprio Tönnies teria se fundamentado no que observou em sua época (segunda metade do século XIX) do contraste rural/urbano:

“Como membro de uma sociedade rural tradicional, em Schleswig-Holstein, Tönnies descobre ao seu redor dois tipos de mundo: de um lado, um mundo agrário, enraizado em antigas tradições medievais, solidamente ligado à terra, e o outro, o mundo do comércio, dos centros urbanos, em constante mudança, um mundo cuja principal preocupação é o lucro.” (Buber, 1987, p. 15).

Considera-se que Tönnies, mesmo sendo fiel ao rigor científico em seu livro “Comunidade e Sociedade” (*Gemeinschaft und Gesellschaft*) de 1887, impôs uma conotação por demais idealizada à comunidade, considerando-a por excelência o lugar de vivência dos valores humanos de solidariedade, colaboração, união etc., enquanto que na “sociedade” ou “associação” existe a formalidade das relações impessoais, com pouca relação intersubjetiva e muita objetivação da pessoa como instrumento do “social”. Esse modelo de categorização é freqüente até os dias de hoje. Berger e Luckmann, por exemplo, fornecem dele um exemplo bastante empírico e simples, ao comentar os conceitos afins de grupos primários e secundários: “É preciso amar a mãe, mas não a professora” (Berger e Luckmann, 1985, p. 54).

Nos desenvolvimentos contemporâneos ou logo posteriores a Tönnies, ponderou-se que a “sociedade” não seria necessariamente um lugar de negação da individualidade. Émile Durkheim considerava que a formalização da sociedade contribuía para construir o indivíduo moderno, e o indivíduo seria tanto mais livre quanto mais fosse desenvolvido o Estado, porque, paradoxalmente, a impessoalidade da lei protegeria contra os constrangimentos comportamentais provenientes dos costumes da comunidade. Nessa visão, o indivíduo em sociedade pode fazer tudo o que a lei não proíbe, em oposição ao fato de que, na comunidade, é obrigado a fazer o que a tradição manda, sob pena de se tornar um pária daquela comunidade

(Durkheim, 1983, p. 51 e seguintes). Inicialmente, o indivíduo estaria em segundo plano frente à comunidade, e teria pouco valor:

“Absorvido pela sociedade [significando aqui comunidade], seguia-lhe docilmente os impulsos, e subordinava o destino próprio aos destinos do ser coletivo; e o sacrifício não lhe custava, pois seu destino não tinha, a seus olhos, o sentido e a alta importância que hoje lhe atribuímos” (Durkheim, op. cit., p. 52).

Durkheim enfatiza que o meio comunitário não favorecia o aparecimento de aspirações individuais:

“Menos ainda pretendo dizer que [esse controle] tenha o que quer que seja de insuportável: muito ao contrário, o indivíduo não o sente, tal como não sentimos a atmosfera que nos pesa sobre os ombros. Desde que o indivíduo foi criado, educado, pela coletividade, dessa forma, quer naturalmente o que ela quer, e aceita sem dificuldade o estado de sujeição ao qual está reduzido. Para ter consciência disso, e resistir, cumpre apareçam aspirações individuais, e essas aspirações não podem aparecer em semelhantes condições”. (Durkheim, idem, p. 56).

Em um estágio posterior, o Estado surge como uma coletividade mais abrangente que todas as outras coletividades, e sendo assim não possui compromisso específico com os costumes de nenhuma delas em particular – portanto, fornece suporte para o desenvolvimento independente do indivíduo:

“Foi ele [o Estado] que subtraiu a criança à dependência patriarcal, à tirania doméstica; foi ele que libertou o cidadão dos grupos feudais, mais tarde comunais; foi ele que libertou o operário e o patrão da tirania corporativa (...)”. (Durkheim, ibidem, p. 59).

Max Weber, em relação às questões levantadas por Tönnies, aprimorou os referenciais teóricos com suas categorias da sociologia compreensiva, pondo em destaque o sentido subjetivo da ação, a partir do qual ela pode ser compreendida e interpretada:

“Uma relação social denomina-se “relação comunitária” quando e na medida em que a atitude na ação social (...) repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente), ao mesmo grupo. (...) Uma relação social denomina-se “relação associativa” quando e na medida em que a atitude na ação social repousa num ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins).” (Weber, 2004, p. 25).

### **5. O respeito aos valores no processo de pesquisa participativa**

Ao se mencionar o respeito aos saberes tradicionais, e, portanto, aos valores culturais, deve estar claro que o exercício da ciência é alheio ao estabelecimento de juízos de valor, porém, o sociólogo Max Weber ressaltou que, embora os valores sejam uma escolha do sujeito fundamentada em seu foro íntimo, as relações com os valores são um fato social, e assim podem ser compreendidas a partir do que os diversos atores e grupos sociais consideram como importante, urgente, pertinente etc., dentro das relações sociais que estabelecem entre si.

Frente à questão do respeito pela pessoa do agricultor, que precisa ser levada em conta na abordagem participativa, tem-se a questão da subjetividade desses atores sociais. Muitas vezes a subjetividade é simplesmente considerada como não sendo do alcance da ciência, e o agir que leva em conta a subjetividade é descartado. Porém, a subjetividade se manifesta no comportamento observável em relação aos processos sociais; portanto, considerar a subjetividade dentro do escopo da pesquisa significa simplesmente aceitar como um dado da realidade as relações com os valores que os grupos e indivíduos manifestam na vida social. Pode-se abordá-la de modo muito produtivo no escopo das tomadas de posição dos atores.

A tomada de posição decorre da própria existência do ator, seja indivíduo ou grupo, e do fato de que ele precisa fazer considerações daquilo que é preferível em sua interação social, com base nas relações com os valores estabelecidas em sua comunidade. Em relação à tomada de posição, podemos citar a seguinte passagem de Weber:

“A premissa transcendental de qualquer ciência da cultura reside, não no fato de considerarmos valiosa uma “cultura” determinada ou qualquer, mas sim na circunstância de sermos homens de cultura, dotados da capacidade e da vontade de assumirmos uma posição consciente face ao mundo, e de lhe conferirmos um sentido. Qualquer que seja esse sentido, influirá para que, no decurso de nossa vida, extraíamos dele nossas avaliações de determinados fenômenos da convivência humana e assumamos perante eles, considerados significativos, uma posição (positiva ou negativa). Qualquer que seja o núcleo dessa tomada de posição, estes fenômenos possuem para nós uma significação cultural, que constitui a base única de seu interesse científico.” (Weber citado por Cohn, 1982, p. 97).

Deve-se compreender que Max Weber evitou adentrar o terreno da filosofia, onde ele teria de lidar com o problema do “ser” do fenômeno humano, construindo uma antropologia filosófica. De modo bastante operacional, o conceito de tomada de posição considera que o agente social assume uma posição consciente face ao mundo, e lhe confere um sentido com o qual orienta a sua ação. Essa abordagem valoriza a interação em seus aspectos de um convívio cotidiano com os outros e com a natureza, e onde o sujeito pode potencializar a sua interação em comunidade, rumo à sua construção contínua enquanto ator social.

O fato de o saber científico ser alheio ao juízo de valor não invalida a pesquisa das relações com os valores, as quais estão orientando as tomadas de posição dos atores sociais. Pode-se compreender o comportamento social, principalmente nos pequenos grupos, interpretando-os em sua correspondência com os valores a que os atores sociais atribuem maior significação. Estes valores normalmente estão associados à sua segurança em seu mundo de vivência, tanto em uma base individual como coletiva – manter a si, à sua família, e seus grupos de convívio com as necessidades satisfeitas, tanto a curto prazo quanto dentro de uma visão de futuro.

Deve-se entender que os valores aqui relacionados se fazem presentes por uma orientação bastante prática: aquilo que se considera como fator de melhora da qualidade de vida é valorizado, seja uma tecnologia, seja uma simbologia cultural expressa no saber tradicional.

A partir de todos esses elementos que, de um modo ou de outro, valorizam a sociabilidade cooperativa e as relações que lhe são correlatas, torna-se possível afirmar que o desenvolvimento do produtor, enquanto agente social plenamente viável na sua capacidade de interação humana, depende diretamente do respeito aos valores de sua cultura, de seu mundo de vivência, da percepção de seu próprio valor dentro da comunidade, e da permanência dos comportamentos compartilhados por sua família, seu grupo e sua tradição. Tais elementos serão respeitados na pesquisa participativa.

## **6. O “ser mais” da pessoa humana: a contribuição de Paulo Freire**

As idéias de Paulo Freire são muito apropriadas para esta via de compreensão da pesquisa, com foco na pessoa do agricultor e de caráter participativo. Nele observamos a concepção instauradora de todo este processo, que é a valorização do sujeito.

Em uma situação de exclusão social, notadamente comum no cenário da América Latina, deve-se considerar o indivíduo como freqüentemente alienado em relação ao seu mundo de vivência, pois ele pensa e age segundo os padrões do mundo de vivência do dominador. Sua consciência está submetida a uma relação de violência, que é a violência da subjugação de sua consciência pela consciência do dominador. Porém, a própria relação violenta o impede de perceber esse fato. Nas ocasiões em que o sujeito oprimido é violento com seus iguais, revela-se a presença dessa situação inicial de violência, que o oprimido não sabe de onde vem, mas que está presente nele, e ele a expressa contra quem está mais perto de si, normalmente aqueles que, como ele, são oprimidos:

“Raros são os camponeses que, ao serem “promovidos” a capatazes, não se tornam mais duros opressores de seus antigos companheiros que o patrão mesmo. Poder-se-á dizer – e com razão – que isto se deve ao fato de que a situação concreta, vigente, de opressão, não foi transformada. E que, nesta hipótese, o capataz, para assegurar seu posto, tem de encarnar, com mais dureza ainda, a dureza do patrão. Tal afirmação não nega a nossa – a de que, nestas circunstâncias, os oprimidos têm no opressor o seu testemunho de “homem”.” (Freire, 2006, p. 36).

A alienação em relação ao mundo de vivência confunde-se com uma alienação em relação a si próprio e aos conteúdos que seriam os conteúdos legítimos de sua consciência, condizentes com a realidade de sua vida cotidiana.

O processo de libertação se inicia com a experiência profunda do diálogo. É no diálogo com o outro que a consciência verdadeira de cada um se descobre. Isso porque a consciência não se produz no isolamento, mas no contato intersubjetivo, ou seja, entre subjetividades.

Historicamente, o processo de humanização está vinculado à experiência do diálogo e do encontro. Nesse processo, o ser humano se distancia do mundo, torna-o objeto de sua consciência, e, por meio de sua prática – como ser que elabora sua experiência – oferece novos significados ao mundo e historiciza sua experiência nesse mundo, ou seja, em vez de apenas se adaptar ao mundo, humaniza o mundo. Fazer história é instaurar o significado humano nos acontecimentos do mundo.

Porém, esse ato de humanizar precisa ser feito em sintonia com outras consciências, que apreendem o mesmo mundo. Humanizando o mundo pelo ato de se conscientizar, e partilhando essa experiência, as diversas subjetividades humanizam-se mais e mais, e nesse processo vão construindo sua experiência histórica no mundo.

A expressão coletiva dessa tarefa se dá porque essa conscientização não pode se dar na exclusividade ou no isolamento. As subjetividades das diversas pessoas se relacionam a uma única realidade exterior a elas, em um esforço conjunto de compreensão, humanização e historicização do mesmo mundo. Trata-se então das subjetividades humanas intencionadas à compreensão da mesma realidade. Por se tratar da compreensão de uma única realidade por várias subjetividades, tanto essa compreensão quanto sua decorrente humanização necessitam do diálogo entre as subjetividades, e nesse processo os indivíduos se socializam. Assim, quanto mais existir diálogo, mais há apreensão do mundo, mais há humanização e historicização desse mundo e mais há socialização.

A história e a realidade social objetiva existem como produto da ação dos homens. Em relação à situação de opressão, o oprimido precisa saber atuar na história de uma forma crítica, o que implica “dizer a sua palavra”, recuperar para si o entendimento da realidade em seus próprios termos, o que o possibilita tornar-se construtor de sua história, bem como ser o próprio autor de sua socialização, no uso do diálogo livre, responsável e informado com os outros seres humanos.

Esse processo de libertação deve ser feito em comunidade e no diálogo, pois o isolamento implica em menor socialização, e conseqüentemente menor humanização. Nesse contexto Paulo Freire coloca que seguir o caminho do opressor, em sua busca do ter mais, é uma forma de ser menos. Buscar o diálogo com os oprimidos e nesse diálogo, socializar-se, humanizar-se, e se tornar sujeito de sua história (no oposto da alienação proposta pelos opressores), é o ser mais.

O conceito de “ser mais” traduz a “vocação humanizadora” do ser humano em seu ato de ser sujeito da história, em se perceber inconcluso e fazer de si uma questão para si próprio: “Ao se instalarem na quase, senão trágica, descoberta do seu pouco saber de si, se fazem problemas a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas” (Freire, 2006, p.31). Porém, essa “vocação humanizadora” é contraditada pela desumanização, que deve ser reconhecida como realidade histórica imposta, e não um produto inelutável da natureza:

“Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada.”

“A desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como seres para si, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores, e esta, o ser menos”. (Freire, 2006, p. 32).

Existe em Paulo Freire grande valorização dos processos subjetivos que são legítimos e necessários para a humanização, socialização e historicização, construindo a realidade social onde o indivíduo interage com seus semelhantes, o que se coaduna com a sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann e com a sociologia compreensiva de Max Weber, não se confundindo, porém, com o subjetivismo ou o psicologismo:

“Não se pode pensar em objetividade sem subjetividade. Não há uma sem a outra, que não podem ser dicotomizadas.”

“A objetividade dicotomizada da subjetividade, a negação desta na análise da realidade ou na ação sobre ela, é objetivismo. Da mesma forma, a negação da objetividade, na análise como na ação, conduzindo ao subjetivismo que se alonga em posições solipsistas, nega a ação mesma, por negar a realidade objetiva, desde que esta passa a ser criação da consciência. Nem objetivismo, nem subjetivismo ou psicologismo, mas objetividade e subjetividade em permanente dialeticidade.” (Freire, 2006, p. 41).

### **7. O “ser mais” em contraposição aos cenários de dominação e exclusão social**

Para se pensar a abordagem participativa, deve-se em conjunto pensar o desenvolvimento comunitário em sintonia com a inovação tecnológica, aonde a inovação se traduz em uma apropriação social do conhecimento. Torna-se necessário um tipo de intervenção que faça uma ruptura com processos de dominação patrimonialistas ou clientelistas, pois neles se pode afirmar que não há desenvolvimento: pelo contrário, historicamente os efeitos desses cenários se mostraram deletérios, tanto em termos sociais, quanto ambientais e econômicos.

O paradigma de desenvolvimento comunitário que se faz necessário, no que está relacionado à interação humana, depende diretamente da construção do ambiente cultural dos valores, visões de mundo e comportamentos compartilhados, procurando-se maior humanização e socialização, em prol da superação da fragilidade da pessoa isolada, e da ameaça das estruturas sociais excludentes. O “ser mais” se conjuga harmoniosamente com o objetivo da interação social consciente da pesquisa participativa:

“A educação, portanto, implica em uma busca realizada por um sujeito que é o homem. (...) Por outro lado, a busca deve ser algo e deve traduzir-se em ser mais: é uma busca permanente de “si-mesmo” (...) Sem dúvida, ninguém pode buscar na exclusividade, individualmente. Esta busca solitária poderia traduzir-se em um ter mais, que é uma forma de ser menos. Esta busca deve ser feita com outros seres que também procuram ser mais e em comunhão com outras consciências (...)” (Freire, 1984, p. 28).

Paulo Freire coloca com bastante precisão a questão do empoderamento e do “desempoderamento”, dentro de relações sociais de opressão:

“Por isto mesmo é que, qualquer que seja a situação em que alguns homens proibam aos outros que sejam sujeitos de sua busca, se instaura como situação violenta. Não importam os meios usados para esta proibição. Fazê-los objetos é aliená-los de suas decisões, que são transferidas a outro ou outros”.

“Este movimento de busca, porém, só se justifica na medida em que se dirige ao ser mais, à humanização dos homens. E esta (...) é sua vocação histórica, contra-ditada pela desumanização (...)”.

“Esta busca do ser mais, porém, não pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires, daí que seja impossível dar-se nas relações antagônicas entre opressores e oprimidos”. (Freire, 2006, p. 86).

Historicamente, o cenário mais típico no meio rural brasileiro tem se constituído de ações de exploração econômica com forte característica invasiva e opressora. A difusão da inovação freqüentemente foi feita de forma que não considerava como dignos de respeito e atenção os dados da cultura das populações locais, tendo forte efeito desestruturador:

“As gerações vitimadas por uma sociologia a serviço da difusão de inovações, cuja prioridade era a própria inovação, ainda estão aí, legando aos filhos que chegam à idade adulta os efeitos de uma demolição cultural que nem sempre foi substituída por valores sociais includentes, emancipadores e libertadores: ou legando aos filhos o débito social do desenraizamento e da migração para as cidades ou para as vilas pobres próximas das grandes fazendas de onde saíram, deslocados que foram para cenários de pouca oportunidade e nenhuma qualidade de vida”. (Martins, 2001, p. 31).

Em seu livro “Extensão ou Comunicação?” Paulo Freire aborda o que se pode considerar a “invisibilidade” das aspirações locais frente à urgência de projetos de desenvolvimento que se impunham unilateralmente a partir do exterior:

“Neste tipo de relações estruturais, rígidas e verticais, não há lugar realmente para o diálogo. E é nestas relações rígidas e verticais que se vem constituindo historicamente a consciência camponesa, como consciência oprimida. Nenhuma experiência dialógica. Nenhuma experiência de participação. Em grande parte inseguros de si mesmos. Sem o direito de dizer sua palavra, e apenas com o dever de escutar e obedecer.” (Freire, 2001, p. 48-49).

As posições da pesquisa participativa assumem um caráter humanista, justamente porque levando-se em conta o ser humano em relação, que procura cada vez mais se humanizar e se socializar, as interações concernentes às atividades de pesquisa e extensão assumem um aspecto de maior diálogo, e a construção participativa do conhecimento entre os técnicos e as populações rurais se torna mais produtiva. Paulo Freire instaurou esse humanismo como um ato pró-ativo de intervenção na realidade, que é científico pelo seu caráter crítico, chegando a denominá-lo de “um otimismo com esperança crítica”:

“Humanismo que, recusando tanto o desespero quanto o otimismo ingênuo, é, por isso, esperançosamente crítico. E sua esperança crítica repousa numa crença também crítica: a crença em que os homens podem fazer e refazer as coisas; podem transformar o mundo. Crença em que, fazendo e refazendo as coisas e transformando o mundo, os homens podem superar a situação em que estão sendo um quase não ser e passar a ser um estar sendo em busca do ser mais”. (Freire, 2001, p. 74).

O “ser mais” se relaciona com a questão do empoderamento das comunidades, que é visto como necessário para que a inovação tecnológica agropecuária seja incorporada ao mundo de vivência dos produtores. O empoderamento é conceituado como um maior controle do indivíduo ou da população sobre suas próprias vidas, principalmente em relação a situações de opressão social.

Rappaport e Zimmerman trabalham a questão do empoderamento como se caracterizando enquanto um conceito que relaciona capacidades e competências individuais em função de comportamentos pró-ativos concernentes a políticas sociais e mudança social. Segundo os autores, o empoderamento se constituiria em um processo pelo qual os indivíduos obtêm independência e controle sobre suas próprias vidas e uma maior participação democrática na vida de sua comunidade (Rappaport e Zimmerman, 1988, p. 725 – 749).

O empoderamento é um conceito que se apresenta em múltiplos níveis, de forma que pode ser aplicado tanto à formulação de políticas, a organizações com diversos graus de formalidade, a comunidades e indivíduos. No nível político, observa-se que para os que se destacam enquanto ativistas políticos, o empoderamento inclui especialmente atributos de auto-estima, eficácia socialmente percebida, e um sentido de importância causal. Em nível social, as ações de empoderamento trazem à tona questões de cidadania, de afirmação dos próprios valores, de sociabilidade cooperativa, e de auto-estima das comunidades. Todos esses fatores não decorrem de uma atitude voluntarista, pelo contrário, são vivenciados pelos pesquisadores e extensionistas como parte integrante da pesquisa dentro da interação participativa com as populações locais.

## **8. O agricultor como um ser cultural e relacional**

A interação do agricultor com os pesquisadores e extensionistas é, antes de tudo, uma interação humana. Como uma das premissas da pesquisa participativa, essa interação deve ser respeitada em todos os aspectos que a tornam possível. Trata-se de um relacionamento sujeito-sujeito, e não sujeito-objeto. As características de sujeito do agricultor lhe propiciam, segundo Paulo Freire, o “direito de dizer a sua palavra”, que deve ser considerada como uma palavra tão válida quanto outra palavra de outro ator social.

Os aspectos “humanistas” da abordagem participativa não são colocados por um voluntarismo do pesquisador, nem por qualquer consideração moral que possa ser relativizada como uma escolha arbitrária. O respeito integral à pessoa do produtor possui bases que atestam sua necessidade. Essa necessidade está ligada à segurança que o ator social precisa auferir a partir da sociabilidade cooperativa, em relação à sua humanização, à sua socialização e à capacidade de ser o sujeito de sua história. É neste ponto que a pesquisa se diferencia, podendo optar pela integridade do ser humano na interação social ou considerá-lo apenas como um maximizador de utilidade no teste de uma nova tecnologia. Os processos de socialização ligados à cultura tradicional são muito importantes para a constituição do sujeito, não podendo ser minimizados:

“Uma sociedade, basicamente, é um sistema prático de interação ajustado de forma a explorar o meio ambiente de forma que seus membros possam sobreviver. (...) As instituições da sociedade são convenções às quais os membros seguem de forma que o trabalho necessário possa ser feito. (...) A sociedade precisa proteger suas pessoas em seu ponto mais vulnerável: a frágil auto-estima de todos e de cada um de seus componentes. No encontro social cada membro expõe para o julgamento público, e para o possível enfraquecimento intolerável, aquilo que ele mais necessita: a auto-valorização positiva que ele moldou laboriosamente. Com uma recompensa dessa magnitude não pode haver nada simplesmente banal acerca da vida social.” (Becker, 1962, p. 94).

A cultura comunitária se torna o grande manancial dos simbolismos de pertencimento, aceitação, reconhecimento, apoio, e tudo o que permita o “ser mais”. Esse projeto diz respeito a fortalecer a pessoa enquanto uma instância básica de valor inserida em um mundo preenchido por significados:

“Na cultura encontramos um tratamento destinado a conferir a tais fenômenos (...) um sentido e um valor, suscetíveis de satisfazer o desejo mais constitutivo do homem, isto é, o desejo de ser reconhecido, o que significa ser aceito, estimado, adotado ao longo da vida e além dela”. (Hernández, 1986, p. 49).

Com essa observação das necessidades da simbologia cultural para suprir a humanização, a socialização e a consequente historicização, pode-se dizer que o agricultor possui um patrimônio intangível no bojo de seu saber tradicional, com o qual deve-se saber lidar para a interação social consciente que é a própria pesquisa.

No ambiente das interações humanas, atua-se de forma a potencializar e incrementar as possibilidades de superação de todos os elementos que poderiam levar ao “ser menos”, em prol da superação da fragilidade da pessoa isolada, e

igualmente contra as estruturas sociais que a fragilizam e excluem. Frente a essas ameaças, o ser humano possui então a tomada de posição rumo ao ser mais em seu meio social, a partir de seu mundo de vivência.

Esse enriquecimento dos valores da pessoa e da interação humana construtiva se traduzirá em uma capitalização intangível de todos os seus atributos como ator social, que poderá interagir com os outros de forma cada vez mais participante, democrática e cidadã, em um projeto de ser mais coletivo que prossegue indefinidamente.

Essa capitalização intangível pode ser entendida como resultante de um direcionamento de ações práticas que fornece cidadania ao produtor, e conseqüentemente favorece sua auto-estima, sendo o contrário do “ser menos”, que é ligado à angústia das diversas formas de perda, que não são apenas perdas materiais, mas perdas de valores de socialização e convívio com outros seres humanos, relacionadas ao patrimônio intangível que faz parte dos aspectos culturais. O direcionamento de ser mais retira o receio de descapitalização subjetiva do produtor, ou seja, a perda de suas “riquezas interiores” que fazem parte de sua tradição, de sua humanização, de sua capacidade de socialização, de seus valores, de sua história e de sua capacidade de união e pertencimento, que sob esse ponto de vista afigura-se, sem dúvida, como um patrimônio.

Estes elementos, vistos como diversas formas de apoio à pessoa (ser mais), desde o retorno financeiro que ela recebe até as manifestações de amizade de seus pares, desde o material até o subjetivo, têm como lugar de expressão o símbolo, que é um fato social, convencionalizado socialmente, porém legítimo e eficaz para a pessoa:

“É na cultura que o homem pode apoiar-se e deste modo firmar-se para enfrentar a angústia que lhe causa sua finitude (...) O homem, engrenado em um ambiente simbólico, permanentemente respira através das histórias, canções, ritos e crenças que o seu meio cultural lhe provê”. (Hernández, 1986, p. 47-48).

### ***9. A abordagem da racionalidade substantiva e os valores da subjetividade do ator***

Como uma contribuição do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, inserida na tradição weberiana, têm-se os conceitos de racionalidade substantiva e racionalidade instrumental. Por meio desses conceitos pode-se entender melhor a problemática da pesquisa e extensão junto aos agricultores, e a proposta inovadora da abordagem participativa.

A visão de Guerreiro Ramos é altamente crítica. Ela questiona o que denomina de “instrumentalização” de toda a vida social. Essa instrumentalização ampla seria o equivalente a considerar toda a sociedade como uma extensão do mercado, ou derivada unicamente da existência e da lógica do mercado. Se fosse assim, a ciência não estaria levando em consideração diversas necessidades da vida humana que não se explicam pelo mercado.

Em relação a essas necessidades, Ernest Becker as coloca como referentes à socialização, ou seja, à capacidade do indivíduo de interagir em sociedade e de aprender suas normas. Tais normas deixam claro, por exemplo, o que se espera do indivíduo e o que ele pode esperar ou mesmo exigir dos outros. Se esse aprendizado não for eficaz, nada funcionará no convívio social. Por via da socialização, cada indivíduo aprende que sua condição de pessoa é uma instância básica de valor relacionada a um mundo preenchido por significados. Esse é o fundamento do valor da pessoa, da auto-estima, do respeito aos outros e dos saberes tradicionais que fazem parte da cultura de uma comunidade. É o fundamento de todo patrimônio intangível. Portanto, deve-se compreender que a pesquisa participativa, ao respeitar os elementos culturais de uma população, não faz isso por motivos voluntaristas, arbitrários ou não-científicos, como seria, por exemplo, se considerasse determinados valores como “moralmente nobres”, a partir do julgamento subjetivo dos técnicos. Pelo contrário, a manutenção dos padrões culturais responde a uma necessidade intrínseca da vida em sociedade, que Becker exemplifica na frase “vamos nos proteger uns aos outros de forma que possamos prosseguir com a tarefa de viver” (Becker, 1962, p. 99). Nessa “proteção de uns aos outros” está implícita a proteção da auto-estima individual, que tão facilmente pode ser destruída pelas abordagens invasivas de pesquisa.

Neste contexto, são pertinentes os conceitos elaborados por Guerreiro Ramos. Segundo ele, o ser humano atua de forma multidimensional de modo a atender diversas demandas que provêm do meio e de si próprio enquanto ser social. Pode-se dizer que ele atua na dimensão biológica, na dimensão social e na dimensão política. Nessas diversas instâncias são diferentes as demandas bem como são diferentes as gratificações decorrentes do comportamento em conformidade com cada uma delas. Quanto mais a gratificação se referir ao patrimônio intangível, na linha do ser mais, tal como a auto-estima, mais recompensadora será para o indivíduo. Aquelas demandas que exigem apenas a obediência a regras pré-estabelecidas, quanto menos exigem a criação de significados por parte do indivíduo, menos são gratificantes. Deve-se enfatizar que é como criador de significados que o indivíduo se capacita continuamente como sujeito, ou seja, se humaniza e se socializa, reforçando sua condição enquanto uma instância básica de valor relacionada a um mundo preenchido por significados. As atividades que podem ser denominadas como puramente “operativas” não são gratificantes porque pouco ou nada acrescentam ao patrimônio intangível do indivíduo.

Guerreiro Ramos denomina a razão humana em seu aspecto sadio e completo como razão lúcida. A razão lúcida é composta harmoniosamente de razão instrumental e razão substantiva. A razão instrumental, relativa a como se atingir determinados fins, tem afinidade com o aspecto operativo. A razão substantiva está relacionada à esfera das relações com os valores e com o patrimônio intangível. Em outras palavras, a razão instrumental lida com o “como”, e a razão substantiva lida com o “porquê”. Esses dois aspectos da razão são indispensáveis para a vida do indivíduo. Porém, Ramos coloca que, desde o começo da revolução industrial, a razão instrumental foi supervalorizada, e, conseqüentemente, a ação meramente operativa foi considerada como sendo o comportamento mais racional do indivíduo, tornando-se o comportamento desejável. Nisso,



empobreceu-se o domínio do patrimônio intangível e dos símbolos compartilhados pela cultura, resultando numa perda da auto-estima e numa redução das características singulares do indivíduo em direção à homogeneidade despersonalizante da massa trabalhadora. Enquanto massa, o indivíduo é alienado dos atributos de construção simbólica que o constituíam enquanto pessoa, perdendo seu aspecto como o lugar básico do valor, tendo de aceitar um papel menor enquanto maximizador de utilidade. Trata-se de uma situação de alienação. Segundo Maurício Custódio Serafim:

“O homem operacional se caracteriza por buscar apenas sua subsistência em termos de necessidades básicas, tanto as de natureza primária como as sociais mais elementares. Ele tem sido considerado um recurso organizacional a ser maximizado em termos de produto físico mensurável”. (Serafim, 2001, p. 8-9).

Karl Marx, em seu clássico conceito de alienação, deixou clara a situação do trabalhador frente ao seu trabalho, na medida em que, por meio do trabalho, ele fornece valor a objetos inanimados, ao mesmo tempo em que se exaure e empobrece sua vida interior:

“Todas estas conseqüências derivam do fato de que o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como a um objeto estranho. Com base neste pressuposto, é claro que quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria diante de si próprio, mais pobre ele fica na sua vida interior, menos pertence a si próprio. (...) A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagonista”. (Marx, 2003, p. 112).

Nesse momento, já se perdeu o balanceamento sadio da razão lúcida. O indivíduo passa a ser visto e avaliado em função de sua posição no mercado. Por seu lado, a sociedade aparenta ser nada mais que uma extensão da economia, e restringem-se os espaços de colaboração e sociabilidade cooperativa:

“Para que o ser humano possa assumir um estilo de vida solidário, é necessário que ele possa exercer e exercitar sua razão lúcida. Contudo, o espaço de produção, sob a égide da compulsão e do controle, permite predominantemente o exercício de apenas uma das dimensões da razão. Neste sentido, o ser humano se desintegra, se reduz a um maximizador da utilidade, ficando sob a égide de um espaço sobrepujado pela racionalidade funcional reducionista. Reducionista porque incompleto, sem abarcar todas as dimensões humanas. Impossibilitada de ser exercida nesse espaço, a dimensão substantiva da razão deve ser de alguma forma dominada ou anestesiada para que a pessoa se sinta menos violentada em sua humanidade. Destarte, a capacidade de ser solidário fica comprometida, pois a capacidade de elaboração e o julgamento de valores associados à vida – faculdade associada à racionalidade substantiva – se encontra em estado letárgico pelas características desse espaço.” (Serafim, 2001, p.11-12).

Em contraposição a esse cenário, que é tão bem retratado pela sociedade atual, Guerreiro Ramos propõe a noção de homem parentético, como o modelo do homem sadio. O homem parentético, frente aos constrangimentos e coações despersonalizantes, é capaz de se colocar “entre parênteses”, e a partir daí, com o uso de sua razão lúcida e capacidade crítica, é capaz de agir de modo livre, informado e responsável, em prol de sua construção como pessoa, buscando, dessa forma, o ser mais para si e para os grupos de que faz parte, contribuindo de forma ativa para o bem comum.

A questão que Guerreiro Ramos coloca para a pesquisa é justamente se o agricultor é considerado apenas como um maximizador de utilidade, em função da inovação tecnológica que se tenciona implantar. Sendo esse o caso, seria uma visão que reduziria o ser humano da condição de ser multidimensional à dimensão única da produção. Esse reducionismo, por empobrecer as características da pessoa, seria um fator de desagregação para as comunidades. Pode-se conceber que o caráter nefasto dessa redução é percebido intuitivamente, ou seja, não como um pensamento verbalmente elaborado, mas como o sentimento difuso de que alguma coisa está errada. Portanto, a abordagem participativa deve levar em conta a cultura comunitária e como se elabora o direcionamento de ser mais nessa cultura, dessa forma garantindo-se, de modo sistêmico, o respeito à pessoa do produtor.

### ***10. A experiência empírica de pesquisa participativa no Município de São José de Ubá, Rio de Janeiro, Brasil***

As noções de pesquisa participativa contempladas neste trabalho puderam ser avaliadas na prática, por meio do projeto Gestão Participativa da Sub-Bacia do Rio São Domingos – GEPAR – MBH, Edital CT-Hidro/GBH: FINEP 02/2002, por meio do Fundo Setorial de Recursos Hídricos, de caráter transdisciplinar e inter-institucional. As atividades reuniram técnicos e pesquisadores da Embrapa, de seu Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Embrapa Solos), Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/UFRJ, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro – EMATER – RJ, Superintendência de Microbacias Hidrográficas/Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SMH – SEA, Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, e Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior – SEAAPI/MBH. Os recursos foram provenientes da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, sendo a instituição gestora a Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE. A idéia de ser um projeto que estivesse fundamentado em metodologias participativas se fez refletir em seu próprio nome e sigla, tendo a Embrapa Solos como instituição coordenadora e principal instituição executora.

As ações de pesquisa, sendo centradas na vida cotidiana do agricultor, tiveram de se inserir plenamente em seu mundo de vivência e realidade socioambiental e econômica. No contexto local, o tomate é a principal cultura do município, que porém enfrenta dificuldades devido ao fato de que a região pode ser considerada como um novo semi-árido, com a

devastação da Mata Atlântica original pelos sucessivos ciclos de monocultura. No início de 2004 iniciou-se introdução de sistemas de produção conservacionistas de forma participativa junto aos produtores das comunidades. Com essa finalidade, foram estabelecidas “Unidades de Pesquisa Participativa e Demonstrativa – UPEPADEs”. Esse termo foi concebido em projetos anteriores desenvolvidos no Estado do Rio de Janeiro, onde foram realizados diversos trabalhos de pesquisa envolvendo atividades nas áreas dos produtores participantes. A UPEPADE corresponde a uma área física onde se desenvolvem os trabalhos técnico-científicos com a participação direta do produtor, seja agricultor ou pecuarista, que passa a ser um difusor das tecnologias adaptadas no processo de desenvolvimento e, finalmente, é onde são realizados os eventos de difusão tecnológica.

Foram feitos registros dos trabalhos realizados no ano de 2004 em uma UPEPADE instalada na vila de Barro Branco, em São José de Ubá, à luz dos mais atualizados conhecimentos agrônômicos, possibilitando um menor custo de produção e uma maior produtividade. Para a safra de 2005, foram implantadas novas UPEPADEs para comprovação dos resultados obtidos na primeira experiência. Devido a esses bons resultados, muitos produtores se apresentaram como interessados em participar com uma UPEPADE no projeto, e essa demonstração de interesse ofereceu maior credibilidade ao sistema de produção proposto, tendo portanto efeito multiplicador.

Foram realizadas diversas ações de educação ambiental em sintonia com dinâmicas de grupo que enfatizavam a necessidade de cooperação entre todos (enfocando-se a sociabilidade cooperativa), igualmente proporcionando que o produtor rural que se vinculasse ao sistema conservacionista de produção do tomate estivesse conscientizado quanto à preservação ambiental, reforçado nessa atitude pelo ganho na produtividade de sua lavoura. Os sistemas de manejo de solo e água, pesquisados como sendo os mais adequados em relação às condições de São José de Ubá, deveriam assegurar esse diferencial na produtividade. Em contrapartida, e também como exercício de sua cidadania, o produtor deveria se comprometer com as técnicas conservacionistas, engajando-se nas ações de reflorestamento na sub-bacia do rio São Domingos, que percorre São José de Ubá.

Foram realizadas reuniões periódicas para a sensibilização inicial das comunidades e seu engajamento. Foi o momento de se fazer diversas dinâmicas de grupo que traziam à tona o aspecto do protagonismo, significando o indivíduo assumir todos os atributos de sua condição de sujeito de sua história e, inevitavelmente, de sua condição de cidadão, e se sentir interiormente capaz de gerir a sua própria vida na interação com os outros e com as instituições sociais.

Como efeito das dinâmicas de grupo e das ações de sensibilização, conseguiu-se motivar as pessoas a comparecerem em reuniões posteriores, e tornou-se mais efetiva a percepção de um sentido de pertencimento à comunidade, que estava bastante precário.

Dentro do processo de incentivo do protagonismo social, formou-se o denominado “grupo de mobilização”, com vistas a dar origem ao Grupo Gestor, a ser formado por agricultores locais. Com a confiança dos agricultores no que estava se desenvolvendo, as lideranças consolidaram seu comparecimento às reuniões, e as comunidades decidiram sobre quais seriam os seus melhores representantes. A partir da formação inicial do Grupo Gestor, houve mudanças em seu quadro, porém o mais importante foi o fato de que a pesquisa participativa obteve o surgimento de um novo ator social – o Grupo Gestor – a partir dos trabalhos de sensibilização, conscientização e motivação do protagonismo.

Ao longo do andamento da pesquisa, observou-se o quanto os membros do Grupo Gestor, antes receosos de verbalizar suas necessidades nas reuniões, se sentiam encorajados a conversar com o prefeito e demais autoridades, expondo as demandas de suas comunidades, como agentes dos debates sobre o que era melhor para o município de São José de Ubá. Os produtores se interessavam e se tornavam agentes ativos para a viabilização do manejo conservacionista do tomate, em busca de um futuro melhor para si e suas famílias.

A partir do êxito dessas ações, é possível afirmar que a conscientização das comunidades pode ser potencializada, sem a desqualificação da cultura local. As atividades do Projeto GEPAR – MBH foram realizadas em comunhão com os atores sociais locais, e desse modo sua cultura, enquanto experiência simbólica compartilhada, foi acrescida de elementos que a enriqueciam, porém não a desqualificavam, caracterizando a intervenção não invasiva.

## **11. Conclusões**

Existe na sociedade atual uma ânsia pelo ressurgir da pessoa humana em sua forma plena – uma urgência de emersão do sujeito, contra todas as forças despersonalizadoras que almejam transformar o sujeito em um objeto a ser utilizado e descartado. Esse ressurgir traz de volta à cena a verdadeira liberdade da pessoa em construir-se como um agente social em seus próprios termos, ou seja, em busca daquilo que legitimamente a constrói dentro de seu espaço social. Na linha do pensamento de Paulo Freire, pode-se dizer que o agricultor, enquanto sujeito, se constrói na interação, onde está sempre em processo de “ser mais”. Esse é um projeto de duração indefinida, mas sempre atuante. A pesquisa participativa deve ser considerada como uma das ferramentas de humanização, socialização e historicização, ao afirmar que o agricultor só se realiza enquanto sujeito na qualidade de um ser pessoal, em um ambiente de seres pessoais – com outros sujeitos, que se humanizam, se socializam e pelas suas ações constroem sua história.

Em um ambiente que possui um histórico de autoritarismo, como o meio rural brasileiro, onde a escravidão fincou profundos traços culturais de servidão, o “ser mais” do sujeito significa igualmente um resgate de sua dignidade. Ao aceitar intervenções invasivas, a pessoa tende a sentir-se diminuída em sua dignidade e auto-estima, o que é um passo para se desqualificar também a demanda por dignidade e auto-estima de seu semelhante, em favor de uma posição servil em relação

aos que estão no papel de “senhor”. A pesquisa, ao ser participativa, traz a esse cenário um caráter inovador, onde cada sujeito pode clamar para si atributos de respeitabilidade, empoderamento e cidadania.

Para que este marco fosse estabelecido, foi necessária uma revisão de vários tópicos que, dentro do saber sociológico, fornecem respaldo ao “ser mais” da pessoa, para além do próprio humanismo pedagógico de Paulo Freire. Admitindo-se que a questão da pesquisa da agricultura familiar vai mais além da produção e da comercialização, em busca da valorização do agricultor em todos os seus atributos de pessoa humana, tornou-se necessário percorrer o mundo de vivência, a situação face a face, a comunidade, o sentimento de pertencer, os valores que estão implícitos nesse pertencer, a cultura comunitária, a racionalidade substantiva e a condição de pessoa como instância básica do valor. Junto a populações tão historicamente exploradas, espera-se que a pesquisa participativa, ao valorizar todos esses atributos, seja um instrumento não apenas de ciência, mas de ciência aliada à democracia e à cidadania.

### **Referências**

- Ávila, A. F. D. & Rodrigues, G. S. & Vedovoto, G. L. (2006). Avaliação dos Impactos de Tecnologias Geradas pela Embrapa: metodologia de referência. Brasília: Embrapa.
- Becker, E. (1962). The birth and death of meaning. New York: The Free Press of Glencoe.
- Berger, P. L. & Luckmann T. (1985). A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes.
- Buber, M. (1987). Sobre Comunidade. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Cohn, G. (1982). Weber. São Paulo: Editora Ática.
- Durkheim, E. (1975). A ciência social e a ação. Lisboa: Editora Bertrand.
- Freire, P. (1984). Educação e mudança. São Paulo: Editora Paz e Terra, 8ª edição.
- Freire, P. (2001). Extensão ou comunicação? São Paulo: Editora Paz e Terra, 11ª edição.
- Freire, P. (2006). Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 44ª edição.
- Hernández, C. J. (1986). O lugar do sagrado na terapia. São Paulo: Nascente Livraria e Editora Ltda.
- Japiassú, M. & Marcondes, D. (2001). Dicionário básico de filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Martins, J. S. (2001). O Futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. Estudos Avançados 43, 31-36.
- Marx, K. (2003) Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Editora Martin Claret.
- Pinent, C. E. C., Sobre os mundos de Habermas e sua ação comunicativa. (2004). <http://www.adppucrs.com.br/informativo/Habermas.pdf> (consultado na Internet em 15 de abril de 2008).
- Serafim, M. C. Considerações acerca da solidariedade no espaço de produção para uma efetiva concretização de alternativas. <http://www.urutagua.uem.br//03serafim.htm> (consultado na Internet em 17 de abril de 2008).
- Signates, L. Comunicação e paz. (2000). <http://www.robertexto.com/archivo4/paz.htm> (consultado na Internet em 17 de abril de 2008).
- Weber, M. (2004). Economia e Sociedade. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2 vol.
- Zimmerman, M. A. & Rappaport, J. (1988). Citizen Participation, Perceived Control, and Psychological Empowerment. American Journal of Community Psychology, Vol. 16, Nº. 5, 725 – 749.

## **Comunicação e cooperação lusófonas: um caso.**

Anibal ALVES  
Universidade do Minho  
[anibal@ics.uminho.pt](mailto:anibal@ics.uminho.pt)

**Resumo:** Esta comunicação pretende realçar a relevância e função da comunicação entre as associações científicas dos povos luso-afro-brasileiros, particularmente, no campo específico das associações de ciências da comunicação. Para tanto, procede-se à evocação e análise de algumas fases históricas reveladoras de cooperação positiva e de bloqueamento, ao longo do período da década que ora se completa, da criação, desenvolvimento e actualidade da LUSOCOM, federação das Associações de Ciências da Comunicação dos Países Lusófonos.

**Resumo:** Esta comunicação pretende realçar a relevância e função da comunicação entre as associações científicas dos povos luso-afro-brasileiros, particularmente, no campo específico das associações de ciências da comunicação. Para tanto, procede-se à evocação e análise de algumas fases históricas reveladoras de cooperação positiva e de seu bloqueamento, ao longo do período da década que ora se completa, da criação, desenvolvimento e actualidade da LUSOCOM, federação das Associações de Ciências da Comunicação dos Países Lusófonos.

### **1. Introdução: Relevância do tópico no tema geral da Sessão temática.**

# X CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

sociedades desiguais  
e paradigmas em confronto



## Volume II

Ciências sociais, tecnologia e comunicação:  
Trabalho e organizações

Manuel Carlos Silva et al. (orgs)  
Centro de Investigação em Ciências Sociais (ed)  
Instituto de Ciências Sociais  
Universidade do Minho